



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

## **LUTA DE CLASSES, DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DE KARL MARX**

**José da Silva Santos Junior<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - linha de Políticas e Gestão da Educação. E-mail: josejunior\_ss@yahoo.com.br.

### **RESUMO**

O processo de expansão da educação superior visualizado nas últimas décadas tem possibilitado o ingresso de um número cada vez maior de estudantes nesta etapa de ensino, o que caracterizou a partir do ano de 2003 a ressignificação de um sistema de elite para um sistema de massa. Entretanto, mesmo com avanço notório no número de ingressantes nos cursos de nível superior, o ensino massificado traz à realidade novos dilemas, que tensionam o sistema educacional brasileiro, notadamente aqueles relacionados à permanência estudantil em detrimento ao processo de evasão do estudante. Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma discussão teórica entre a argumentação marxista de conflitos de classes e a educação, com vistas a contextualizar o processo de evasão na educação superior como resultado de um sistema educacional desigual. Assim, estabelece-se como norteadora para a discussão a seguinte pergunta: em que medida as desigualdades desencadeadas pelo conflito de classes interferem no processo de evasão na educação superior? Constata-se que o sistema educacional brasileiro não consegue se diferenciar da lógica capitalista e, ao fornecer condições desiguais aos estudantes, contribui de maneira decisiva para o insucesso acadêmico de um grande contingente, sobretudo daqueles com condições econômicas inferiores.

**Palavras-chave:** Insucesso acadêmico; Conflito de classes; Desigualdades educacionais.

### **INTRODUÇÃO**

A partir da ótica marxista, a principal inferência que pode ser feita em relação ao sistema educacional brasileiro é que este esteve historicamente posto para o atendimento de uma minoria, notadamente aquela pertencente às classes sociais superiores. Ou seja, o sistema educacional contemporâneo está fundamentado em conflitos de classes, favorecendo majoritariamente a classe elitizada da sociedade.

Entretanto, no atual contexto, embora tenha se visualizado sensíveis mudanças na dinâmica de funcionamento das instituições de ensino brasileiras, sobretudo com a implementação de políticas de ampliação do acesso aos diversos segmentos, ainda persiste um cenário marcado por desigualdades educacionais, levando a crer que os desafios para a universalização de um ensino que garanta a formação integral dos cidadãos brasileiros ainda são grandes.

Nesse sentido, o próprio sistema educacional vem estabelecendo padrões que reforçam as desigualdades, sejam elas intra ou extra escolares. O nível de conhecimento obtido nas escolas e universidades tem se tornado um mecanismo ampliador das desigualdades sociais, as quais desencadeiam as desigualdades educacionais, formando assim um círculo vicioso. Stehr (2000) concorda com essa concepção e ainda aponta o conhecimento como fundamental para a determinação dos padrões de desigualdades sociais nas sociedades atuais. Nas palavras do autor:

Todavia, à medida que o conhecimento vai tomando o lugar da propriedade e do trabalho como mecanismo constitutivo da desigualdade, a relação dos indivíduos e dos grupos com o conhecimento passa a ter uma importância fundamental para os padrões de desigualdade social nas sociedades contemporâneas. (STEHR, 2000, p. 109)

No que se refere à educação superior, Sobrinho (2005) acredita que as universidades atuais adotam enfoque diferenciado daquele observado nas décadas de 1960 e 1970, que atribuíam papel central na democratização das sociedades e na diminuição das desigualdades. Pelo contrário, a universidade de hoje está tendencialmente contribuindo para a sociedade capitalista com um enfoque imediatista, centrado na função econômica e nas capacidades laborais. O autor ainda marca o conhecimento como reforçador da competitividade social e a educação superior como produtora de fontes de riquezas. Assim:

O conhecimento e a capacidade de aprender e de aplicar, potenciados pela conectividade universal, tornaram-se a base da competitividade. Então, a educação superior adquire uma enorme importância como instância produtora das fontes de riqueza, geradora e disseminadora dos conhecimentos, da capacidade de utilizar os saberes adquiridos e de aprender ao longo de toda a vida. (SOBRINHO, 2005, p. 167)

Neste direcionamento, embora o processo de expansão visto nas últimas décadas tenha possibilitado o ingresso de um número cada vez maior de estudantes no sistema de educação superior, com uma ressignificação de um sistema de elite para um sistema de massa a partir

do ano de 2003 (GOMES; MORAES, 2012), esta etapa de ensino continua a produzir e reforçar algumas desigualdades.

O contexto capitalista no qual evoluiu o sistema de educação superior apenas reforçou a soberania das classes dominantes em detrimento às classes dominadas. Nesse sentido, aqueles indivíduos que detêm de melhores condições econômicas estão mais favoráveis a permanecer no sistema e serem diplomados, enquanto que aqueles pertencentes à classe trabalhadora estão mais suscetíveis ao insucesso acadêmico e ao conseqüente fenômeno da evasão (PAULA, 2013; LOBO, 2012).

Com este delineamento, apresenta-se como objetivo para o presente trabalho realizar uma discussão teórica de relações existentes entre os conflitos de classes e a educação, com vistas a contextualizar o processo de evasão na educação superior como resultado de um sistema educacional desigual.

Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica, para a seleção de material de leitura foi utilizada como fonte de consulta a base de dados Scielo, além de outros trabalhos relevantes que tratam da temática aqui abordada e publicações clássicas de Marx e Engels.

Portanto, estabelece-se como questão norteadora para a discussão do trabalho a seguinte pergunta: em que medida as desigualdades desencadeadas pelo conflito de classes interferem no processo de evasão na educação superior?

A primeira seção do trabalho é destinada a discutir as lutas de classes como condicionantes para as desigualdades educacionais. Na segunda seção, nos dedicamos a discutir aspectos relativos ao acesso e a permanência no contexto de expansão da educação superior, com enfoque para o processo de evasão estudantil, apresentado aqui como um produto de uma sociedade desigual.

## **A LUTA DE CLASSES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

Os dilemas que envolvem as sociedades atuais, pautados num contexto histórico marcado por “jogos de interesses” em favor de uma minoria elitizada, desencadearam e desencadeiam processos graduais de desigualdades. Nesse sentido, os conflitos gerados no interior das sociedades capitalistas permeiam as relações sociais entre classes antagônicas, isto é, entre a classe dominante (*elite*) e a classe dominada (*classe trabalhadora*).

Em *Manifesto do partido comunista*, Engels destaca no prefácio à edição inglesa de 1888, a proposição fundamental de Marx para a elaboração do escrito, apontando que

independentemente da época histórica, a organização social estaria baseada nos conflitos de classes. Em suas palavras, “toda a história da humanidade tem sido uma história de lutas de classes, de conflitos entre classes exploradoras e exploradas, entre classes dominantes e oprimidas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 50-51).

Com a mesma abordagem, Braz (2012) acredita que não é possível falar em capitalismo desconsiderando a luta de classes, implícita nas relações sociais das sociedades contemporâneas, hegemonicamente imersas nesse modelo econômico. Para o autor:

Enquanto as forças do capital predominarem no comando da produção social, as forças do trabalho se insurgirão, de algum modo, para lutar contra a apropriação privada que está na base das relações sociais de produção capitalistas. Ao mesmo tempo em que é a sua contraface indesejada, as lutas de classes funcionam como dínamo que impulsiona as forças do capital para inovações que se voltam contra o trabalho. Capitalismo é luta de classes. Enquanto aquele existir, este persistirá (BRAZ, 2012, p. 481).

Isto posto, quais seriam as relações e as implicações da luta de classes ao processo educativo? E, em que medida a educação capitalista contribui para as desigualdades educacionais?

A função das escolas a partir do capitalismo do século XIX tornou-se essencialmente ampliadora das ideologias da classe dominante, contribuindo escancaradamente para o processo de alienação social e à consequente subsunção da classe dominada às entranhas do capitalismo. O objetivo disto foi contribuir para a acumulação do capital a partir da “formação” educacional da classe operária exclusivamente para o trabalho.

Nesse sentido, subentende-se que os conflitos de classes, sendo o cerne do capitalismo, esteve intimamente ligado às relações vivenciadas no âmbito escolar, culminando no processo de alienação dos educandos em favor da reprodução das ideologias da classe dominante.

Ao tratar da relação existente entre a educação e a luta de classes, Ponce (2001) considera que: “[...] a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência” (PONCE, 2001, p. 169). O autor continua o discurso afirmando que a classe materialmente dominante é aquela que domina também com a sua moral, a sua educação e os seus ideais.

Mais adiante, a partir da assimilação de concepções de Gentile, Ponce põe em questão o pensamento da burguesia contemporânea em relação à educação. Para ele, a burguesia não

estaria preocupada em semear a cultura para a classe do proletariado. Ao contrário, atribui este privilégio apenas às classes superiores. Nas palavras de Ponce:

Por intermédio de um filósofo ilustre, está explicado, e com uma clareza que impede quaisquer confusões, o pensamento da burguesia contemporânea a respeito da “nova educação”: não lançar às massas as flores da cultura, e reservar apenas para o homem das classes superiores “o completo desenvolvimento do espírito”. (PONCE, 2001, p. 170)

Assim, se trouxermos a discussão para o contexto contemporâneo, embora vivamos numa sociedade mais dinâmica quando comparada àquela vivenciada por Marx no século XIX, as relações sociais ainda permanecem fundadas nos conflitos de classes, acarretando o estabelecimento de uma dinâmica educacional favorável apenas a alguns indivíduos.

Nesse sentido, se retratarmos ao contexto histórico pelo qual foi construído o sistema educacional brasileiro, detectaremos, por exemplo, que este carrega em si os impasses de uma educação meritocrática, onde os mais bem preparados para o acesso, sobretudo às etapas superiores de ensino, foram em sua maioria aqueles provenientes de classes sociais detentoras de melhores condições econômicas. Este modelo, portanto, não consegue atender a todos, estando em favor de uma minoria.

Corroborando com tal concepção, Dubet (2004) questiona os moldes de justiça escolar vigente e aponta que o atual modelo educacional possibilita o acesso de apenas alguns:

O modelo meritocrático está longe, portanto, de sua realização; a competição não é perfeitamente justa. Em uma palavra: quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido... (DUBET, 2004, p. 543)

Se a análise for feita por esta ótica, considerando que a dinâmica de funcionamento do sistema educacional nacional está relacionado a políticas estatais, pode-se dizer que as concepções de Marx de um Estado posto para atender aos interesses de uma minoria elitizada continuam válidas.

No contexto do capitalismo industrial do século XIX, Marx defendia que “o Estado, emergindo das relações de produção, não representa o bem-comum, mas é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção” (CARNOY, 1988, p. 66) e, neste contexto, a tese de um capitalismo que reforça as desigualdades, com o assentimento do Estado, pode ser considerada apropriada para a definição do que se observa na dinâmica de funcionamento do sistema educacional atual no país.

Com este enfoque, embora as políticas de acesso aos diversos níveis educacionais tenham se ampliado no país nas últimas décadas, sobretudo a partir da década de 1990, podemos observar que novas problemáticas têm afligido o sistema educacional brasileiro, onde o debate de Marx ainda permanece coerente. Talvez a mais relevante seja aquela relacionada a não permanência do estudante no sistema educacional, situação esta que culmina no processo de evasão e que atinge diversos estudantes, dos diferenciados segmentos da educação.

Embora tenha se implementado algumas medidas eficientes para o controle de tal processo, não abordadas no presente trabalho, os desafios para o favorecimento equitativo de todas as classes sociais que adentram ao ensino superior ainda prevalecem.

Com essa abordagem, na próxima seção nos dedicamos a discutir o processo de evasão na educação superior contextualizado ao processo de expansão deste segmento e a transição de um “sistema de elite” para um “sistema de massa”, o que caracteriza, por um lado, um avanço, devido às contribuições para o processo de democratização do acesso, e, por outro lado, o continuísmo de algumas problemáticas, haja vista que a lógica educacional no contexto do capitalismo nunca esteve em favor do desenvolvimento integral de todos os cidadãos.

## **O ACESSO E A (NÃO) PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE EVASÃO COMO RESULTADO DE UMA SOCIEDADE DESIGUAL**

Embora se visualize no país um processo gradual de expansão da educação superior a partir da década de 1970 (MICHELOTTO *et. al.*, 2006), com o ápice a partir dos anos 2000, há de se considerar que o acesso à educação superior no Brasil esteve historicamente restrito a uma pequena parcela da população, majoritariamente àqueles com condições econômicas privilegiadas, o que levou à construção de um sistema educacional elitizado e a ampliação das dificuldades no ingresso da classe trabalhadora nessa etapa de ensino.

Entretanto, a partir da mudança do cenário político ocorrida em 2003 no país, com a iminência de um período considerado como pós-neoliberalista (FORTES; FRENCH, 2012; SADER, 2013), alguns autores defendem a ideia de transição de um “sistema de elite” para um “sistema de massa”, onde se percebeu a expansão do percentual de atendimento aos

cidadãos, sobretudo aos jovens entre 18 e 24 anos<sup>1</sup> (GOMES; MORAES, 2012; TROW, 2007).

Gomes e Moraes (2012) consideram que até o ano de 2002 a ocupação das vagas no sistema brasileiro de educação superior (ES) esteve restrita a uma pequena parcela da população, notadamente aquela mais bem preparada para o acesso meritocrático, consistindo assim num sistema para formar a classe social dominante. Os autores defendem, a partir da análise da taxa de crescimento de matrícula bruta (MB), a tese de construção política de um sistema de massa no país:

Considerando-se a relação entre população de 18 a 24 anos e MB, o sistema de ES pode ser caracterizado como “sistema de elite” até por volta de 2002, porque, durante o período compreendido entre 1980 e 2002, a população matriculada passou de 8,6% para pouco mais de 15%. É somente em 2003 que o volume de matrículas atinge a casa dos 16%. É, portanto, segundo a terminologia de Trow, a partir desse período que se ultrapassa a linha divisória imaginária que marca a transição do “sistema de elite” para o “sistema de massa”, quando o volume de matrícula alcança, em número absoluto, em 2003, o total de 3.887.022, o que representa quase três vezes o número de matrículas registradas em 1980 (GOMES; MORAES, 2012, p. 180).

A partir desse período, não apenas o setor privado passou pelo processo de expansão, como vinha ocorrendo de modo prevacente no contexto neoliberal da década de 1990, mas também as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) protagonizaram a partir de 2003 um período de ascensão, com a criação de novas IFES, ampliação daquelas já existentes, criação de novos cursos, contratação de professores e criação de novos campi (MARQUES, 2013).

Contudo, embora seja um avanço para o processo de democratização do acesso à educação superior, o estabelecimento de um “sistema de massa” traz para o centro do debate questionamentos relacionados aos desafios para a promoção da permanência exitosa dos estudantes em seus cursos de ingresso.

Essas questões escancaram as fragilidades do sistema e demonstram a necessidade da criação e da implementação de medidas para a diminuição do insucesso acadêmico, e, conseqüentemente, para a minoração do processo de evasão.

O que fica subentendido a partir desta constatação é que, embora se apregoe na atualidade o ideário de um ensino igualitário para todos, a lógica da concepção de Marx continua assolando a classe menos favorecida, que ingressa no sistema educacional em

---

<sup>1</sup> Adotando Trow como referência, Gomes e Moraes apontam o “sistema de elite” como aquele que atende até 16% da população entre 18 e 24 anos, e “sistema de massa” quando atende entre 16% e 50% desta parcela.

desvantagem, haja vista seu despreparo econômico, social e instrucional, os quais contribuem sobremaneira para a decisão de sair do sistema sem concluir o curso iniciado.

A exemplo disso, um estudo divulgado pelo Instituto Lobo<sup>2</sup> apresentou as principais causas de evasão do sistema de educação superior no país, sendo que alguns deles estão implicitamente abarcados pela discussão aqui levantada. As principais causas são: Inadaptação do ingressante ao estilo do Ensino Superior e falta de maturidade; *Formação básica deficiente*; *Dificuldade financeira*; Irritação com a precariedade dos serviços oferecidos pela IES; Decepção com a pouca motivação e atenção dos professores; *Dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES*; Mudança de curso; e Mudança de residência (LOBO, 2012, p. 18).

A partir do estudo divulgado por Lobo, constata-se que dentre os principais fatores para a evasão estudantil no ensino superior, encontram-se três ligadas à discussão feita ao longo deste trabalho, quais sejam *Formação básica deficiente*, *Dificuldade financeira e Dificuldades com transporte, alimentação e ambientação na IES*.

É possível supor que os indivíduos enquadrados nestas condições são aqueles pertencentes a classes sociais desprivilegiadas economicamente, os quais estão suscetíveis ao insucesso acadêmico. Ou seja, aqueles que por conta de sua situação financeira vulnerável tiveram uma formação básica deficiente, são os mesmos que encontrarão amplas dificuldades para permanecer no sistema de educação superior<sup>3</sup>.

Com essa concepção, Paula (2013) pondera que a evasão atinge, sobretudo, os estudantes das classes populares e que inexistem processos efetivos relacionados à inclusão destes na educação superior. Para a autora, as camadas marginalizadas possuem maiores dificuldades em permanecer no sistema.

Por outro lado, Ristoff (2013) reconhece a problemática e aponta uma possível medida em favor de sua minoração, atribuindo notabilidade à criação de políticas de acesso e permanência como modo de incluir aqueles historicamente excluídos do sistema de educação superior. Para o autor:

Sendo a origem social e a situação econômica da família do estudante, sem dúvida, fatores determinantes na trajetória do jovem pela educação superior, as políticas

---

<sup>2</sup> O Instituto Lobo é uma associação sem fins lucrativos, criada em 13 de julho de 2005, em Mogi das Cruzes - SP e tem como objetivo principal contribuir na solução dos problemas brasileiros nas áreas de educação, ciência e tecnologia. Informações disponíveis em <<http://www.institutolobo.org.br/paginas/institutolobo.php?v=1>>

<sup>3</sup> Há de se lembrar que muitos desses estudantes de classes sociais baixas nem mesmo conseguem ingressar no sistema de educação superior.

públicas de acesso e permanência assumem papel central na inclusão dos grupos historicamente excluídos, em uma trajetória de democratização da universidade brasileira (RISTOFF, 2013, p. 20).

Essas concepções tornam-se mais claras quando ponderamos o processo educativo dentro de um contexto histórico, onde a educação esteve estreitamente atrelada aos fatores econômicos das classes sociais, sendo estritamente um reflexo dos interesses da classe dominante. Ponce (2001) argumenta que:

“Ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, a educação, em cada momento histórico, não pode ser outra coisa a não ser um reflexo necessário e fatal dos interesses e aspirações dessas classes. A confiança na educação, como um meio de transformar a sociedade, explicável numa época em que a ciência social ainda não estava construída, resulta totalmente inadmissível depois que a burguesia do século XIX descobriu a existência das lutas de classe”. (PONCE, 2001, p. 169)

Assim, o fenômeno da evasão pode ser encarado como um reflexo das desigualdades sócio-econômicas observadas na sociedade capitalista construída nos últimos séculos. Fruto do conflito de classes, que desvela a supremacia da classe dominante, que possui maiores condições de permanência no sistema educacional.

O ensino massificado não consegue se diferenciar da lógica capitalista de educação, onde as oportunidades de sucesso estudantil estiveram historicamente e continuam em favor de minorias elitizadas. Ou seja, embora tenha possibilitado o ingresso de um número cada vez maior de estudantes de classes distintas na educação superior, o sistema educacional brasileiro não tem conseguido assegurar as condições necessárias para a permanência das massas no sistema.

Assim, constata-se que a partir de um aumento exponencial do número de ingressantes na educação superior (ALMEIDA *et. al*, 2012), sobretudo com a incorporação de um número cada vez maior de estudantes com perfis socioeconômicos heterogêneos, são necessários ajustes na dinâmica funcional das instituições.

Numa sociedade totalmente desigual, as políticas educacionais deveriam ser implementadas com o pressuposto de formação mais humanizada de todos os cidadãos e não apenas para a acentuação da competitividade de classes observada no sistema em vigência (HÖFLING, 2001).

Nesse sentido, considera-se que a partir do aumento das taxas de matrícula na educação superior, com a incorporação de um número crescente de parcelas da população que apresentam diferenças sociais, econômicas, culturais, étnico-raciais e regionais, visualiza-se a

urgência da promoção da igualdade e equidade social e educativa (GOMES; MORAES, 2012), especialmente como meio de contribuir para o sucesso acadêmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade e o dinamismo da sociedade contemporânea estabelecem novos desafios para o sistema educacional brasileiro, a partir de novos contornos e, ao mesmo tempo, enfrentando os obstáculos historicamente construídos.

Se analisada numa perspectiva marxista, a partir do contexto de inicialização e fixação do capitalismo como modelo econômico dominante, a educação foi transformada num meio de propagação das ideologias das classes dominantes.

Os conflitos gerados entre as classes dominante e dominada influenciaram o sistema educacional e permeiam as condições de acesso e permanência dos cidadãos na escola/universidade.

Nesse contexto, as desigualdades sociais e econômicas tem pesado sobre as desigualdades educacionais, as quais estão entrelaçadas ao insucesso estudantil. Trazendo esta constatação para o sistema de educação superior, se ponderarmos a continuidade da atual dinâmica meritocrática de ensino, que não está posta para o beneficiamento de todos, inferimos que os desafios para a concretização do percurso *acesso, permanência e diplomação* ainda são amplos e de distante universalização.

Embora tenha ocorrido na última década uma transição de um sistema de elite para um sistema de massa na educação superior brasileira, o processo de evasão estudantil avança, o que gera prejuízos para toda a sociedade, haja vista os investimentos feitos sem o devido retorno.

A vantagem do sistema de ensino massificado é a de proporcionar o ingresso de um número de estudantes com características sócio-econômicas heterogêneas. Entretanto, tal sistema não consegue se diferenciar da lógica capitalista e, ao fornecer condições desiguais aos estudantes, contribui para o insucesso acadêmico de um grande contingente, sobretudo daqueles com condições econômicas inferiores.

Nesse sentido, o processo de evasão na educação superior pode ser encarado como o resultado de uma sociedade desigual. Não basta democratizar o acesso ao sistema. Devem ser adotadas medidas que visem à permanência exitosa do estudante em seu curso, com possibilidades concretas de conclusão a todos, indiferentemente de sua origem social e de sua condição econômica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, L.; ARAUJO, C. M. M.; AMARAL, A.; DIAS, D. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

BRAZ, M. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

CARNOY, M. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988. [pp. 19-62]

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FORTES, A. FRENCH, J. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 1.

GOMES, A.M.; MORAES, K. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar. 2012.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 30-41.

LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. In: HORTA, C. E. R. (Org. e Coord.). Evasão no ensino superior brasileiro. Brasília: *ABMES Cadernos*, 2012. p. 9-58.

MARQUES, W. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007 – (Clássicos).

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. 14ª edição. Bragança Paulista: Editora universitária São Francisco, 2008.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR.

PAULA, M. F. C. Desigualdades e Políticas de Inclusão na Educação Superior no Brasil e na Argentina: limites, possibilidades e desafios. Disponível em: <<http://www.revistaaleph.com/desigualdades-e-politicas-de-inclusao-na-educacao-superior-no-brasil-e-na-argentina-limites-possibilidades-e-desafios/>> **Revista Aleph**, 2013. Acesso em 18/07/2014.

PARO, V. H. (Org.) **A teoria de valor em Marx e a educação**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA** n° 4. Rio de Janeiro: FLACSO: GEA: UERJ, 2013.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. SADER, E. (org.). In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: **Boitempo**; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA FILHO, R. L. L.; MONTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no Ensino Superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, set/dez. 2007, p. 641-659

SOBRINHO, J. D. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista brasileira de educação**, n. 28, jan/abr 2005, p. 164-173.

STEHR, N. Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento. **RBCS** Vol. 15 n° 42 fevereiro/2000, p. 101-112.

TROW, M. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: <[http://download.springer.com/static/pdf/408/chp%253A10.1007%252F978-1-4020-4012-2\\_13.pdf?auth66=1404561428\\_1ba9af9723194fd079c79c5fbbd530f6&ext=.pdf](http://download.springer.com/static/pdf/408/chp%253A10.1007%252F978-1-4020-4012-2_13.pdf?auth66=1404561428_1ba9af9723194fd079c79c5fbbd530f6&ext=.pdf)> Acesso em 03/07/2014.